

boletim Trabalho e CONSTRUÇÃO

TRABALHO E
CONSTRUÇÃO -
SÍNTESE
METROPOLITANA

AGOSTO DE 2017

PROLONGAMENTO DA CRISE ECONÔMICA DETERIORA A SITUAÇÃO DO TRABALHADOR NA CONSTRUÇÃO

A continuidade da crise econômica e política do país tem impactado profundamente no mercado de trabalho. Após os avanços conquistados entre 2004 e 2014, de aumento da ocupação, da formalização nas relações de trabalho e nos rendimentos, os dois anos seguintes foram exatamente no sentido contrário.

O ponto de inflexão no mercado de trabalho aconteceu em 2015, ano em que a economia brasileira passou também a apresentar variação negativa do Produto Interno Bruto. Já em 2016, observou-se a deterioração ainda maior da situação do trabalhador, com aumento do desemprego, fechamento de postos de trabalho, aumento da informalidade e queda nos rendimentos. O trabalhador do setor da Construção não passou incólume a isso, muito pelo contrário.

O setor da Construção foi duramente atingido pela crise econômica, assim como a Indústria de Transformação, os primeiros a apresentar retração do investimento e do nível de ocupação. Devido à capacidade de absorver grande contingente de trabalhadores, no momento de crise, o impacto negativo no mercado de trabalho também é de grande magnitude. O prolongamento da atual crise econômica tem dado contornos ainda mais dramáticos ao trabalhador na Construção.

Esta 9ª edição do Boletim Trabalho e Construção apresenta informações sobre a absorção de força de trabalho, remunerações e formas de inserção ocupacional na Construção. A partir de dados da PED detalhados para as três divisões que compõem o segmento – Construção e Incorporação de Edifícios, Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para a Construção – procura, especificamente, identificar as mudanças mais recentes nesse setor, acompanhando os desdobramentos da crise econômica no mercado de trabalho nacional.

Acesse também o conjunto de indicadores sobre a ocupação na Construção em:

<https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>

Setor da Construção Civil é duramente atingido pela crise econômica

O nível de ocupação na construção mostra o forte impacto da crise econômica sobre esse setor nos últimos dois anos, que, em sequência às elevações registradas entre 2011 e 2014, reduziu expressivamente o número de trabalhadores.

Na Região Metropolitana de Salvador, a redução foi mais drástica (-15,0%), comparada a 2011 – início do monitoramento realizado pelo SPED. Na RM São Paulo (-10,7%), Gráfico 1, o comportamento foi parecido.

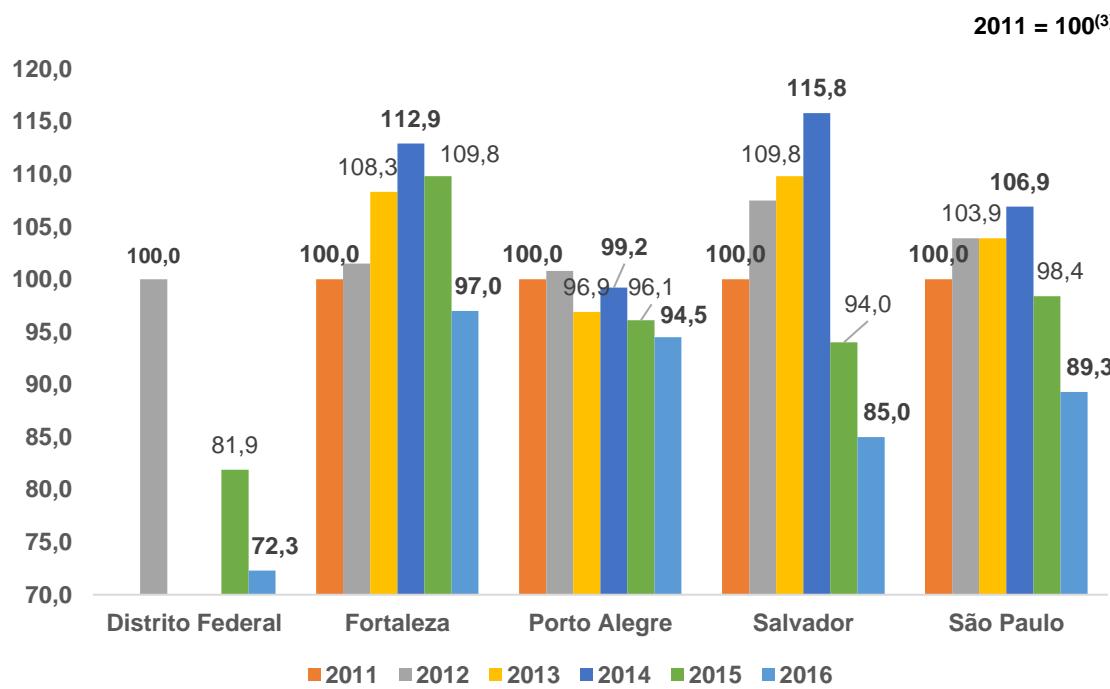
Em relação a 2014, constata-se que, em apenas dois anos, a redução do nível ocupacional nessas regiões foi de 26,6% e 16,5%, respectivamente.

Na região de Porto Alegre, o impacto da crise no setor foi menos intenso, com queda de 5,5% em relação a 2011 e de 4,7% na comparação 2014.

No Distrito Federal, em 2016, houve redução da ocupação no setor em quase 28%, em relação a 2012.

GRÁFICO 1

**Índice do nível de ocupação (1), no trabalho principal, no setor da construção civil (2)
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2011 a 2016**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) População ocupada com 14 anos ou mais
(2) Seção F da CNAE 2.0 Domiciliar
(3) Para Distrito Federal 2012 = 100

Segmento de Construção e Incorporação de Edifícios ocupa maioria dos trabalhadores na Construção

Em 2016, o setor da Construção ocupava 1.040 mil trabalhadores nas cinco regiões pesquisadas pelo SPED. Em relação a 2015, estimava-se um número menor (-8,9%), com 102 mil trabalhadores a menos.

Distribuído em conformidade com as dimensões populacionais do território brasileiro e distintas formas de especialização produtiva, o maior contingente de ocupados na Construção era contabilizado em São Paulo (619 mil), enquanto o menor fora observado no Distrito Federal (60 mil) - Gráfico 2

Entre 2015 e 2016, a proporção de ocupados absorvidos na Construção aumentou apenas na região de Porto Alegre. Ou seja, como houve retração ocupacional no conjunto dos setores, isso mostra que, na maioria das áreas acompanhadas pelo SPED, este foi o segmento produtivo mais intensamente

impactado pela crise no último ano.

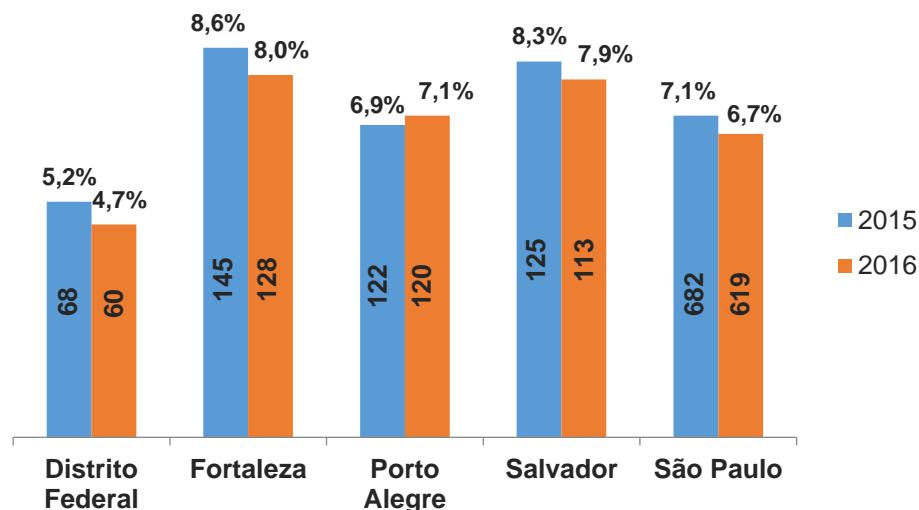
Em 2016, na Região Metropolitana de Fortaleza, a Construção absorvia 8,0% do total de trabalhadores ocupados. Embora esse patamar tenha permanecido superior ao observado nas demais regiões, apresentava-se 0,6 ponto percentual (p.p) inferior ao registrado no mesmo território, um ano antes. Com esse movimento, o contingente nesse ramo produtivo da RMF equiparou-se, em dimensão, ao registrado na área metropolitana de Salvador, que ficou em 7,9% dos ocupados no último ano analisado.

Nas RMs de Porto Alegre e São Paulo, a proporção de ocupados na Construção ficou, respectivamente, em 7,1% e 6,7%. Por sua vez, o menor percentual de engajamento produtivo no segmento foi observado no Distrito Federal (4,7%).

GRÁFICO 2

**Estimativas e proporção de ocupados⁽¹⁾ na Construção⁽²⁾, no trabalho principal
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016**

(em % e em mil pessoas)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) População ocupada com 14 anos ou mais

(2) Seção F da CNAE 2.0 Domiciliar

Entre os ocupados no setor, a divisão Construção e Incorporação de Edifícios continuava a absorver a maior parte dos trabalhadores – correspondendo entre 84,0% deles (Salvador) e 65,1% (São Paulo).

Inversamente, a divisão Serviços Especializados para Construção ocupava 31,5%

dos trabalhadores do setor na região de São Paulo e apenas 11,6% na região de Salvador.

Por fim, a ausência de amostra para divisão de Obras de Infraestrutura, é importante destacar, traz informação relevante sobre a perda de dinâmica desse ramo da Construção, especialmente dependente do investimento governamental – Tabela 1.

TABELA 1

**Distribuição dos ocupados na Construção, no trabalho principal, segundo divisões
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016**

(em %)

Regiões	Total de ocupados no setor da Construção	Divisões da Construção		
		Construção e Incorporação de Edifícios (1)	Obras de Infraestrutura (2)	Serviços Especializados para Construção (3)
Distrito Federal	100,0	70,2	(4)	28,6
Fortaleza	100,0	80,5	(4)	17,5
Porto Alegre	100,0	73,5	(4)	24,3
Salvador	100,0	84,0	(4)	11,6
São Paulo	100,0	65,1	(4)	31,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Divisão 41 da CNAE 2.0 domiciliar

(2) Divisão 42 da CNAE 2.0 domiciliar

(3) Divisão 43 da CNAE 2.0 domiciliar

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Diminui a proporção de trabalhadores em empregos protegidos na construção

A reduzida proporção de trabalhadores da Construção em empregos protegidos, aqueles com registro na Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou sob previsão no Estatuto do Serviço Público, é notória. Sabe-se também que, em situações econômicas adversas, essas modalidades de inserção ocupacional diminuem, com consequente elevação da insegurança e precarização das condições de trabalho para parcelas crescentes de ocupados.

Contudo, o que se destacou no último ano foi o encolhimento acentuado do emprego

protegido na Construção diante do declínio, indesejável, porém mais ameno, ocorrido no conjunto dos demais setores produtivos. Com isso, a desigualdade de condições de inserção intersetorial foi ampliada.

Nesse sentido, entre 2015 e 2016, sobressai o quadro encontrado na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde percentuais de ocupados em empregos protegidos caíram de 66,7% para 65,5%, entre os engajados nos Demais Setores, e de 41,7% para 36,9%, na Construção. Na área metropolitana de São Paulo, os empregos

protegidos passaram de 64,7% para 64,1%, entre inseridos nos Demais Setores, enquanto na Construção, caíram de 41,3% para 38,8%.

Essas magnitudes, que expressam a marcha crescente da heterogeneidade nos principais mercados de trabalho urbanos do país, podem ser sintetizadas nos diferenciais de presença das inserções mais qualificadas nos distintos espaços de trabalho. Com os movimentos observados, as discrepâncias

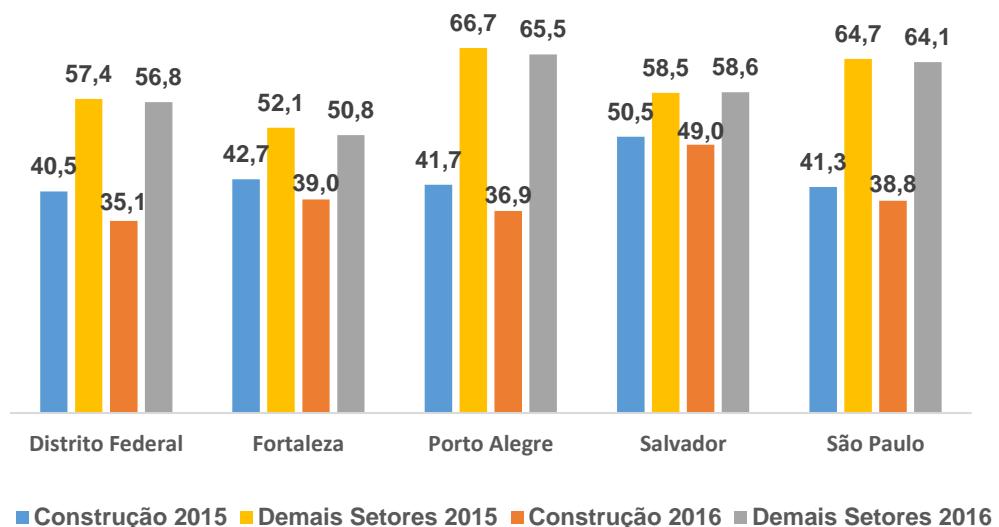
relativas ao percentual de empregados protegidos nos Demais Setores ficaram, nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo, respectivamente, 28,6 pontos percentuais (p.p) e 25,3 p.p superiores à situação identificada na Construção.

Na região de Salvador, onde a diferença dessas proporções é historicamente menor, também houve ampliação – de 8,0 p.p (2015) para 9,6 p.p (2016).

GRÁFICO 3

Proporção dos ocupados na Construção e nos demais setores⁽¹⁾ inseridos por meio de emprego protegido⁽²⁾ - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Excluem o setor da construção e os serviços domésticos;

(2) Assalariados com carteira de trabalho assinada e servidores estatutários

Na divisão da Construção e Incorporação de Edifícios, a proporção de empregos protegidos era superior à média do setor em todas as regiões, exceto na RM São

Paulo (Tabela 2). Já nos Serviços Especializados para Construção, em Porto Alegre e em São Paulo a proporção era inferior à média

TABELA 2

Proporção dos ocupados na Construção inseridos em emprego protegido, segundo divisões do setor - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2016

Regiões	Construção e Incorporação de Edifícios	Serviços Especializados para Construção	<i>(em %)</i>
Distrito Federal	39,6	(1)	
Fortaleza	41,9	(1)	
Porto Alegre	37,1	32,5	
Salvador	49,8	(1)	
São Paulo	38,1	34,6	

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Entre 2015 e 2016, por outro lado, a presença de ocupados na Construção inseridos ilegalmente, ou seja, assalariados sem carteira de trabalho assinada, ficou praticamente estável nas regiões de Fortaleza e de São Paulo, por volta de 8,0%. Na região de Porto Alegre, entretanto, houve aumento significativo dessa proporção, que passou de 7,7% para 9,5% dos ocupados no setor.

Interessante destacar que essa modalidade de engajamento, em comparação aos Demais Setores é, geralmente, inferior na Construção. Na área metropolitana de

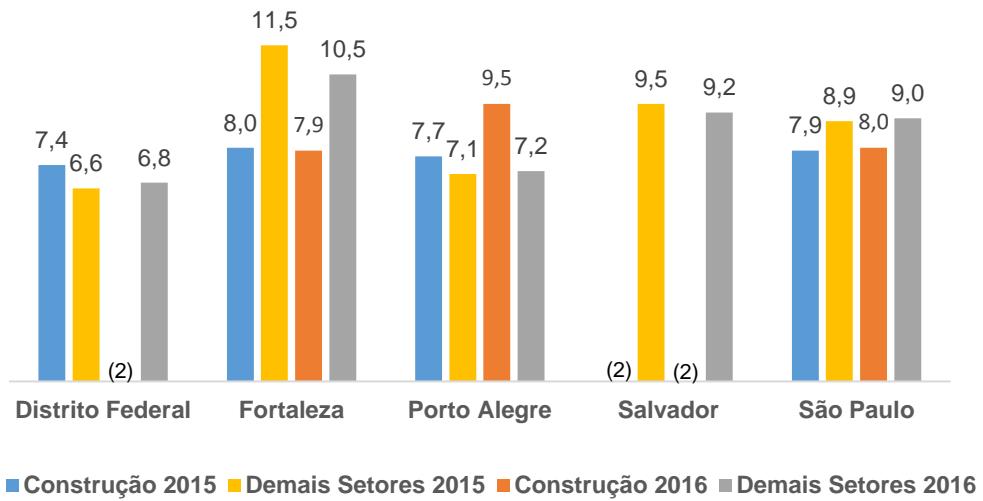
Fortaleza, enquanto 7,9% dos ocupados na Construção eram assalariados sem carteira, na média dos demais setores, esses trabalhadores representavam 10,5%: O mesmo ocorria no conjunto de municípios que conformam a área metropolitana da capital paulista, onde esses percentuais eram de, respectivamente, 8,0% e 9,0%, em 2016.

Exceção a este quadro se encontrava na área metropolitana de Porto de Alegre, onde concentravam-se 9,5% de empregados sem carteira, padrão superior ao registrado nos demais setores produtivos (7,2%) – Gráfico 4.

GRÁFICO 4

**Proporção dos ocupados na Construção e nos demais setores inseridos através de emprego ilegal⁽¹⁾
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016**

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Assalariados sem carteira de trabalho assinada

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Aumenta a proporção de trabalhadores por conta própria e dos que não contribuem para a previdência social

Em os mercados de trabalho acompanhados pelo SPED, no último ano, a presença de trabalhadores que exercia seu ofício por conta própria cresceu na Construção. Entende-se como conta própria o trabalhador independente, que explora o negócio sozinho ou com a ajuda de familiares.

Em 2016, na região de Fortaleza, a metade dos ocupados na Construção se engajava nesta forma de trabalho (50,2%), após expressivo aumento dessa proporção em relação a 2015 (5,1 p.p.). Esse também foi o patamar alcançado pela auto-ocupação no Distrito Federal (49,8%), com elevação de 6,5 p.p. em apenas um ano.

Nas áreas metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Salvador, os percentuais

também aumentaram e acabaram por se situar, respectivamente, em 42,4%, 44,3% e 45,1% dos trabalhadores da Construção, no último ano analisado.

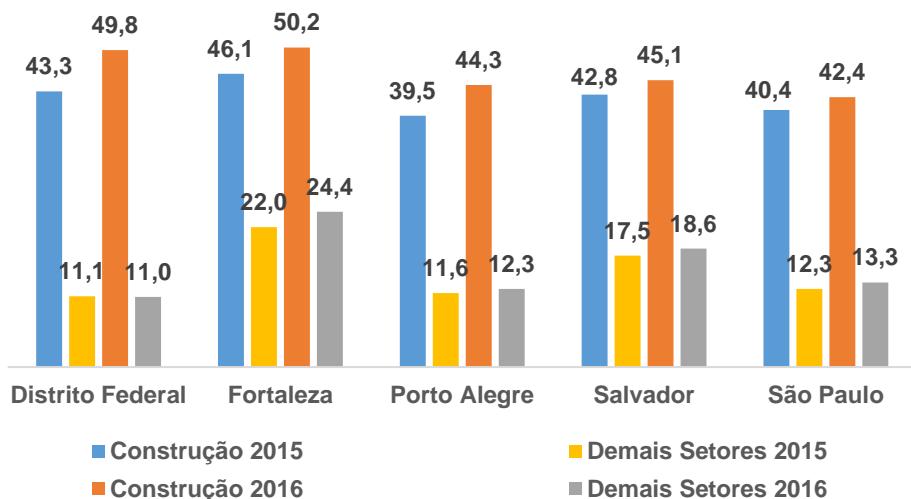
Em relação com outros segmentos produtivos, era nitidamente discrepante a presença de contas própria na Construção. Mesmo em Fortaleza, localidade em que a auto-ocupação se destaca pela intensidade nos Demais Setores de atividade (24,4%), a prevalência na Construção era notável.

As maiores diferenças, nesse sentido, foram encontradas no Distrito Federal, fruto de dois fatores: a elevada formalização do emprego, por causa da administração pública, nos demais setores, e volume de trabalho autogestionário na Construção – Gráfico 5.

GRÁFICO 5

Proporção dos ocupados na Construção e nos demais setores inseridos por conta própria Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota-se que as inserções por conta própria eram ainda mais intensas nos Serviços Especializados para Construção. Essa modalidade de engajamento abarcava até 63,0% dos ocupados da Construção na região de Fortaleza, no último ano.

Nesse sentido, ainda cumpre destacar que, apenas na metrópole paulistana, o percentual de conta própria ficou abaixo dos 50% - Tabela 4.

A inserção por conta própria é mais vulnerável por não permitir acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei aos que contam com a carteira assinada. A sustentação da renda diante da desocupação (seguro-desemprego) ou afastamentos em decorrência de acidentes e doenças, direitos a benefícios conquistados coletivamente em acordos e convenções não são parte da vida de boa parcela dos ocupados da Construção.

TABELA 4

Proporção dos ocupados na Construção inseridos como conta própria, segundo divisões do setor Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2016

(em %)

Regiões	Construção e Incorporação de Edifícios	Serviços Especializados para Construção
Distrito Federal	47,8	56,5
Fortaleza	48,5	63,0
Porto Alegre	41,1	57,6
Salvador	44,4	(1)
São Paulo	43,2	44,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Complementarmente no quadro de maior precariedade e recuo da proteção, em 2016, notou-se aumento considerável da parcela de trabalhadores do setor que não contribuíam para a Previdência Social

Dessa forma, um quadro estruturalmente difícil piorou, com os percentuais de não contribuintes em Fortaleza e no Distrito Federal alcançando, respectivamente, 57,0% e 50,2% em 2016, diante dos 53,3% e 44,9% de 2015. Mesmo na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde predomina a inclusão

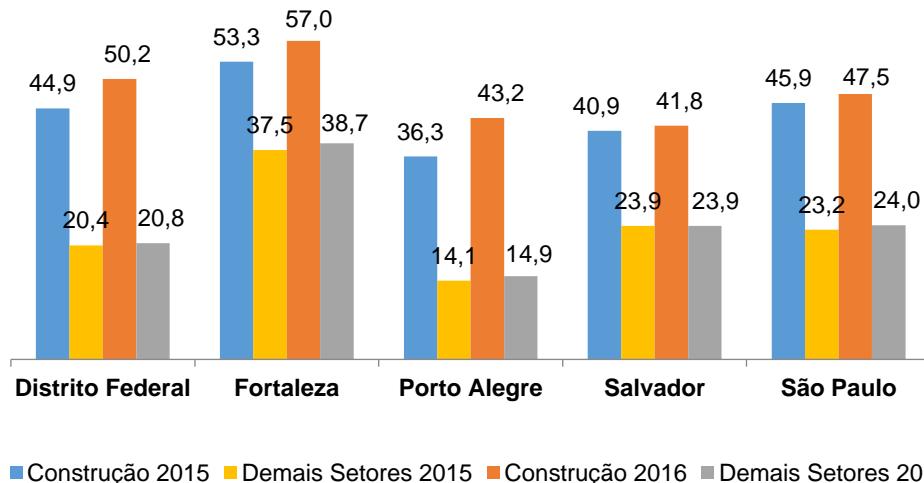
previdenciária, o volume de não contribuintes cresceu – de 36,3% (2015) para 43,2% (2016).

Adicionalmente, na comparação com os Demais Setores, a queda no volume de contribuintes da Previdência Pública foi desfavorável para os trabalhadores da Construção. O movimento ampliou um hiato, estruturalmente preocupante, no Distrito Federal, por exemplo, onde 1 de 2 trabalhadores da Construção não contribuía para a Previdência, ao passo em que, nos Demais Setores, 1 em 5 ocupados contribuíam – Gráfico 6

GRÁFICO 6

Proporção de ocupados na Construção e nos demais setores que não contribuíam para Previdência - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016

(em %)



■ Construção 2015 ■ Demais Setores 2015 ■ Construção 2016 ■ Demais Setores 2016

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Na divisão Serviços Especializados para Construção, o elevado percentual de não contribuintes se destacava na RM Fortaleza (68,9%) e no Distrito Federal (57,6%). Na RM Porto Alegre, por outro lado, a situação era apenas um pouco mais atenuada (37,0%).

Já na Construção e Incorporação de Edifícios, na Região Metropolitana de Fortaleza, o percentual era de 55,1%, seguido pela RM São Paulo, com 49,2% de ocupados na divisão que não contribuía com a previdência

TABELA 5
Proporção de ocupados na Construção que não contribuía para Previdência, segundo divisões Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

(em %)

Regiões	Construção e Incorporação de Edifícios	Serviços Especializados para Construção
Distrito Federal	47,7	57,6
Fortaleza	55,1	68,9
Porto Alegre	46,4	37,0
Salvador	42,7	(1)
São Paulo	49,2	48,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Rendimento no setor cai pelo segundo ano consecutivo

Em 2016, o rendimento médio real por hora na Construção recuou em todas as regiões pesquisadas. Observa-se que esse foi o segundo ano seguido de queda nas remunerações do setor, após aumentos sucessivos constatados entre 2012 e 2014.

Entre as áreas cobertas por esse monitoramento, em 2016, o maior rendimento médio por hora foi registrado no Distrito Federal (R\$ 13,11), mesmo após expressiva redução de 8,9%.

Já a área metropolitana de Porto Alegre, que apresentava o segundo maior rendimento entre as regiões até 2015, ao também experimentar importante redução de R\$ 11,94 para R\$ 10,95, no período analisado, foi superada pela RMSP. Na área metropolitana de São Paulo, após recuo de 5,9%, o rendimento médio por hora na Construção ficou em R\$ 11,10 no último ano.

Nas regiões metropolitanas de Fortaleza e de Salvador, por sua vez,

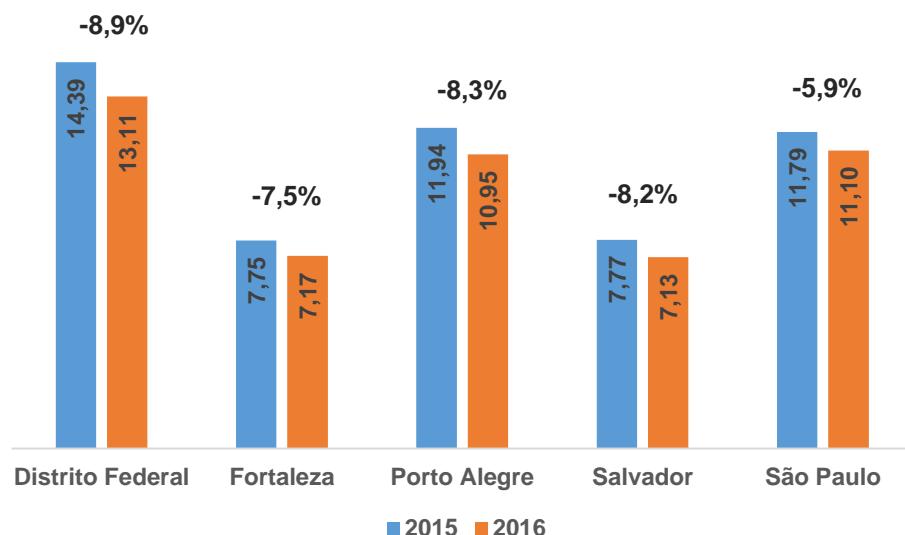
contatou-se a permanência de remunerações baixas e próximas, correspondendo a R\$ 7,17 e R\$ 7,13, respectivamente.

Os recuos expressivos, mas pouco díspares, observados nos ganhos por hora na Construção das regiões acompanhadas por esse levantamento, preservaram o padrão de desigualdade regional prévio à crise que abateu o setor. Dessa forma, o rendimento médio auferido na Região Metropolitana de Salvador, menor entre as áreas investigadas, correspondia a 54,4% do observado no Distrito Federal, o maior – Gráfico 7.

O rendimento na divisão Construção e Incorporação de Edifícios apresentou resultados muito próximos ao observados no setor como um todo.

Já nos Serviços Especializados para Construção, apenas em São Paulo foi possível obter o resultado, sendo também muito próximo da média do setor, como mostra a Tabela 6.

GRÁFICO 7
Rendimento Médio Real por hora dos ocupados na Construção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs. Em Reais de novembro de 2016. Deflatores: INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

TABELA 6
Rendimento Médio Real por hora dos ocupados na Construção, segundo divisões
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

(em reais de novembro de 2016)

Regiões	Total de ocupados no setor da Construção	Divisões da Construção		
		Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção
Distrito Federal	13,11	13,27	(1)	(1)
Fortaleza	7,17	7,01	(1)	(1)
Porto Alegre	10,95	11,26	(1)	(1)
Salvador	7,13	7,05	(1)	(1)
São Paulo	11,1	11,07	(1)	11,09

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs. Em Reais de novembro de 2016. Deflatores: INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

Crise aprofunda o perfil tradicional do contingente da Construção: masculino e formado por chefes de família

A presença masculina continua absolutamente predominante na Construção. No Distrito Federal e nas regiões de Fortaleza e Porto Alegre, inclusive, houve aumento da proporção de homens no setor, na passagem de 2015 para 2016. Nesse caso, como houve queda da ocupação em geral, os dados sugerem que as

mulheres devem ter sido mais desligadas, proporcionalmente, nesse período, do que os homens – Tabela 7

Na Região Metropolitana de Salvador, houve redução da participação masculina, enquanto na RM São Paulo, não houve alteração, ou seja, ficou estável.

TABELA 7
**Proporção de homens entre os ocupados na Construção
 Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016**

Regiões	2015	2016	<i>(em %)</i>
Distrito Federal	93,8	95,0	
Fortaleza	96,6	97,2	
Porto Alegre	94,7	95,4	
Salvador	94,9	94,3	
São Paulo	94,3	94,2	

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

O setor da construção também é caracterizado pela elevada presença de chefes de família.

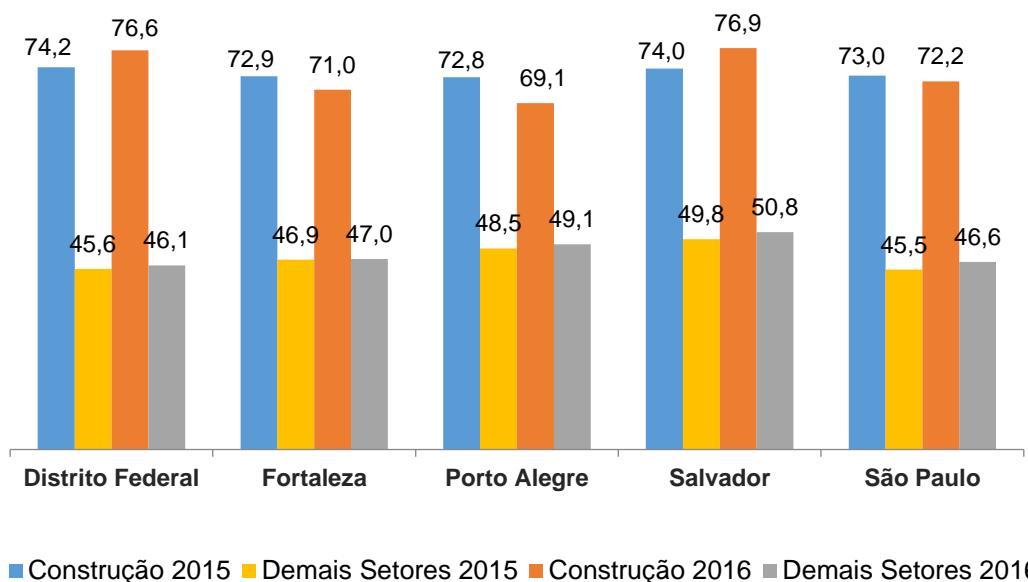
Na Região Metropolitana de Salvador, 76,9% dos ocupados no setor eram chefes de família em 2016, enquanto nos demais setores,

esse percentual era de 50,8%. A região de Porto Alegre concentrava a menor proporção de chefes de famílias na Construção, mas ainda eram 69,1% dos ocupados no segmento. Já nos demais setores da economia local, esse percentual era de 49,1% - Gráfico 8.

GRÁFICO 8

Proporção de chefes de família entre os ocupados na Construção e nos demais setores Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015 e 2016

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Aumenta a escolaridade média dos trabalhadores no setor

Nos últimos anos, a elevação da escolaridade dos trabalhadores da Construção acompanhou a ascensão verificada para a população em geral do país, em um contexto de incremento da ocupação no setor e recuperação econômica. Eram mudanças que, pelo sentido ascendente e pela persistência, sugeriam evoluções estruturais.

Entretanto, com a crise que se abateu sobre a Construção e a consequente redução do número de trabalhadores no setor, surgem outros movimentos. Na passagem de 2015 para

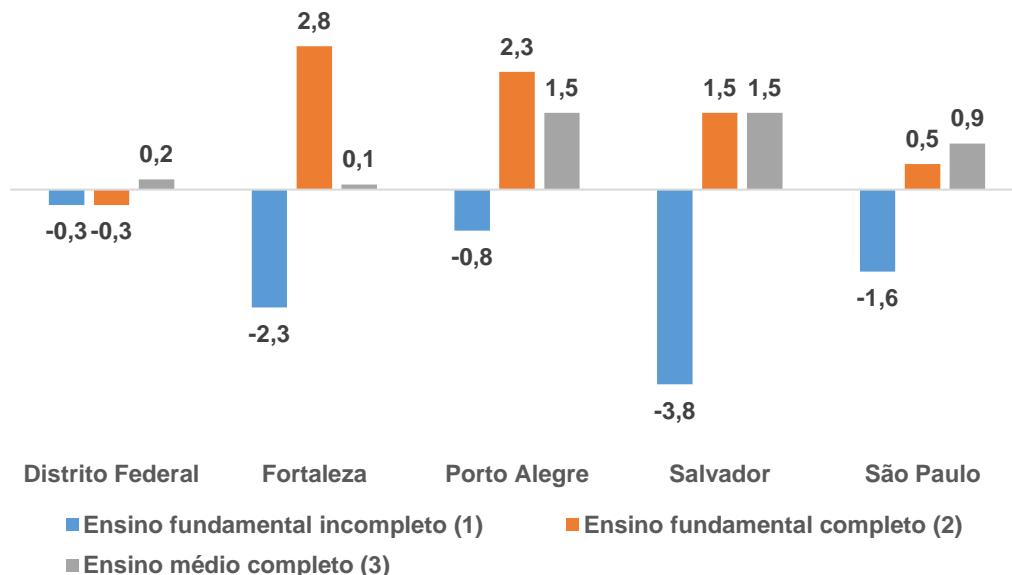
2016, houve aumento da escolaridade dos ocupados, o que sugere, desta vez, que os menos escolarizados podem ter sofrido mais predominantemente com a perda de postos de trabalho.

Entre os ocupados na Construção, diminuiu a parcela daqueles com ensino fundamental incompleto em todas as regiões. Por outro lado, a parcela daqueles com ensino fundamental completo ou ensino médio completo aumentou, exceto no Distrito Federal – Gráfico 9.

GRÁFICO 9

Variações da proporção dos ocupados na Construção, segundo escolaridade Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016/2015

(Em pontos percentuais – p.p)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (2) Inclui ensino médio incompleto; (3) Inclui Ensino superior incompleto

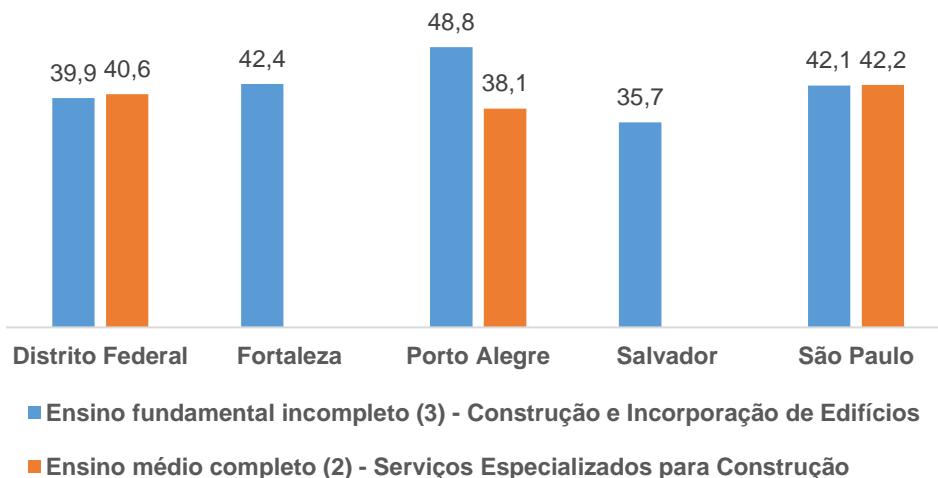
O grau de escolaridade varia conforme as divisões do setor da Construção.

No último ano, na Construção e Incorporação de Edifícios, aqueles com ensino fundamental incompleto ainda representavam a maior parcela dos trabalhadores. Nesse sentido, destacava-se a situação da RM Porto Alegre, onde 48,8% dos trabalhadores dessa divisão tinham essa escolaridade.

Já nos Serviços Especializados para Construção, a maior parte dos trabalhadores tinha ensino médio completo, em 2016. Na Região Metropolitana de São Paulo, 42,2% dos ocupados do segmento haviam alcançado essa escolaridade. Por outro lado, identificou-se que o menor percentual de trabalhadores nessa condição estava em Porto Alegre: 38,1% - Gráfico 10

GRÁFICO 10
Proporção dos ocupados na Construção, segundo escolaridade e divisões da Construção
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2016

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (2) Inclui o Ensino Superior Incompleto

Obs.: Para as regiões metropolitanas de Fortaleza e Salvador, não foi possível desagregar a categoria “Ensino Médio Completo”

Os dados apresentados nesta 9ª edição do Boletim Trabalho e Construção evidenciam o impacto deletério da crise econômica sobre o emprego e condições trabalho, especificamente nesse setor.

Pelo segundo ano seguido, observou-se forte redução da força de trabalho na Construção, mas ainda assim o setor continua responsável por uma parcela expressiva na absorção de trabalhadores – de 4,7% do total de ocupados no Distrito Federal até 8,0% na região metropolitana de Salvador. Ademais, viu-se que a redução desse espaço ocupacional foi seletiva, aprofundando o perfil masculino, de chefes de família e de profissionais mais maduros dos ocupados que nele remanesceram.

Também foi observada a deterioração das condições de inserção dos trabalhadores nesse setor, com aumento da parcela de conta própria e redução daqueles em emprego protegido. Conjugou-se a esse quadro queda das remunerações e o crescimento da proporção de não contribuintes do Fundo de Previdência Social – percentual que abarcava entre 57,0% dos trabalhadores na Construção na região de Fortaleza, e 43,2% em Porto Alegre, em 2016.

Avalia-se ainda que a retomada de dinamismo no setor, apesar de predominarem incertezas quanto ao momento e intensidade desse ânimo, provocaria efeitos positivos e imediatos na absorção de força de trabalho das regiões acompanhadas, em um cenário de trabalhadores mais escolarizados, e, portanto, mais produtivos.

Por ora, contudo, prevalece a angústia do curto prazo, com reduções de emprego, rendimentos e maior precarização do trabalho atingindo diretamente milhares de brasileiros responsáveis pela manutenção de suas famílias.

Para acompanhar informações obtidas nas apurações domiciliares mensais do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego/DIEESE, para o setor da Construção, além deste Boletim, e de outros setores, há um amplo conjunto de indicadores disponibilizados de forma pública em:

<https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>

Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT.

Regiões Metropolitanas

São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert.

Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul – SJDS; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS-Sine/RS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA.

Distrito Federal: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – Setrab.

Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Seplag; Fundação João Pinheiro – FJP; Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – Sete MG.

Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho.

Recife: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem; Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco; Agência do Trabalho – Sine/PE.

Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS; Sistema Nacional de Emprego – Sine/CE